

de racismo, seja o flagrante, seja o subtil. O racismo velado pressupõe inevitavelmente uma essencialização das diferenças culturais (a cultura dos negros é diferente e será sempre diferente porque pertence aos negros). Mesmo quando só enfatiza a diferenciação cultural, o inquirido com crenças racistas (subtis) parte de uma percepção da diferença apreendida pelos sentidos (a cor, o cheiro, as formas, o sotaque). Parece-nos que os autores poderiam ter reforçado esta ideia: as crenças racistas, até as que assentam na diferença cultural, não deixam de «naturalizar» as culturas em questão; culturas distintas também pressupõem naturezas distintas. Porque, se assim não fosse, não estaríamos antes a falar de etnocentrismo?

Um derradeiro comentário à afirmação que «fecha» o oitavo capítulo. Com base na argumentação acima exposta e nos resultados do seu inquérito, os autores defendem que existe um «paradoxo» no facto de a UNESCO aconselhar o uso da expressão «grupos étnicos» «como uma expressão não racista e não discriminatória», «quando ela constitui a semente de um novo racismo» (p. 167). Pela nossa parte, não consideramos que a expressão «grupos étnicos» — aliás, ainda preterida na linguagem coloquial pela expressão «raças» — seja por si só a semente de um novo racismo. Embora a expressão possa ser usada dentro do contexto da hierarquização de culturas, a manipulação é exterior à expressão. Fará sentido, numa perspectiva de combate aos novos racismos, censurar determinadas palavras?

Dessa forma, não corremos o risco de deixar que passem despercebidas crenças racistas, escondidas uma vez mais sob novas expressões não anti-normativas?

A atravessar a obra encontra-se o propósito de desconstruir a ideia, fortemente enraizada entre nós, de que a sociedade portuguesa é imune ao racismo e que os actos isolados e esporádicos de violência racista praticados em Portugal provam que o povo português é, na sua larga maioria, tolerante. Mesmo em termos históricos, a evolução (transmutação) das crenças racistas em Portugal não é diferente daquela que ocorre no resto da Europa ocidental. Na sociedade portuguesa, tal como no conjunto das sociedades europeias contemporâneas, formalmente anti-racistas, o racismo explícito cedeu lugar a crenças e atitudes racistas não antinormativas. A leitura deste conjunto de estudos ajuda-nos, de facto, a perceber sob que máscaras se esconde neste final de século, no mundo «civilizado», um racismo plural.

CLÁUDIA CASTELO

*Isabel Guerra (coord.), A Baixa Pombalina. Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Oeiras, Celta, 126 páginas.

A área central polariza a vida social e económica, aqui convergem

os principais fluxos que cruzam as aglomerações. Lugar de deslocação mais ou menos frequente para todos os habitantes e visitantes da cidade, para além da sua força económica, o centro possui uma forte carga afectiva e simbólica, sendo ainda o depositante da história da comunidade, principalmente naqueles lugares onde coincide com o sítio genético da aglomeração. Deste modo, através das funções que presta, dos edifícios e espaços que o enformam, dos símbolos que gera, o centro fornece imagens que identificam a cidade e desempenha um papel decisivo na identificação das pessoas com o território.

A importante desconcentração urbana a que se assistiu nas últimas décadas foi, no geral, acompanhada pelo acentuar do declínio da área central, transformada agora em problema, mesmo que não exista necessariamente uma relação causal entre os dois processos. Desde 1963, data em que se realizou, em Estocolmo, um congresso para reflectir sobre o problema dos centros<sup>1</sup>, têm-se multiplicado os textos de análise e estudo sobre as áreas centrais, em paralelo com o crescimento do número de intervenções, umas mais volumosas, outras mais simbólicas. Isto mostra que não há um modelo único de evolução e, se existem cidades onde o centro se converteu numa área deprimida e abandonada onde se evita entrar, a vida é uma aventura perigo-

<sup>1</sup> AA.VV., 1963, *Le centre des villes a-t-il encore un avenir?*, Estocolmo.

sa e a sobrevivência difícil, como sucede em Joanesburgo<sup>2</sup>, noutras cidades assistiu-se a investimentos massivos, seja na recuperação e revitalização de áreas históricas e com valor patrimonial, seja de regeneração urbana, com a transformação de áreas abandonadas pela indústria e transportes em novos complexos de residência, escritórios, comércio e lazer.

A Baixa de Lisboa foi ao longo do tempo adquirindo características de centro para depois perder centralidade no seio de uma área que se fez metropolitana e cujo centro cresceu para norte. Ao longo do tempo, o tecido da Baixa foi-se densificando, especializando do ponto de vista funcional e conheceu episódios de destruição e reconstrução.

Logo depois do incêndio do Chiado escrevemos<sup>3</sup> que a sua reconstrução devia ser feita em articulação com a Baixa, no quadro de um projecto que envolvesse uma redefinição e reavaliação do centro, pois já então era claro o declínio da Baixa-Chiado num território metropolitano onde o policentrismo começava a estruturar-se. Não sendo mais o centro hegemónico nem único da aglomeração, nem da cidade, importava encontrar uma filosofia de desenvolvimento e as funções mais adequa-

<sup>2</sup> Corporizando assim aquilo a que alguns já chamaram «cidade-donute».

<sup>3</sup> T. Barata Salgueiro (1988), «Rescaldo», in *Diário de Notícias* de 30 de Agosto, e T. Barata Salgueiro (1989), «Chiado. A oportunidade perdida», in *Diário de Notícias* de 27 de Janeiro.

das ao conjunto Baixa-Chiado no contexto da nova estrutura de centros da aglomeração metropolitana. O plano do Chiado deveria ser uma primeira fase na concretização dos objectivos estratégicos para aquela área central. Recentemente, em entrevista ao *Expresso*<sup>4</sup>, o arquitecto Siza Vieira vem reconhecer essa necessidade, embora enfatizando as questões arquitectónicas, quando não é apenas com a arquitectura que se produz cidade.

As perspectivas *behaviouristas* e depois também as estruturalistas neomarxistas vieram reconhecer o papel que actores-chave desempenham na evolução dos lugares, na tomada de decisões, ou na sua ausência. Isto justifica que as ciências sociais tenham afinado métodos que procuram compreender as estratégias dos diversos actores, identificando situações potencialmente conflituais ou consensuais. Ao mesmo tempo, a aceleração a que se dão muitas mudanças, as dificuldades de previsão pelos métodos clássicos e o maior envolvimento de vários actores em parcerias para a acção levaram a alterações nos processos de planeamento com crescente recurso à cenarização. Em vez de uma previsão baseada num conceito unilinear da evolução social, desenham-se cenários, procura-se determinar os que têm maiores probabilidades de desenvolvimento e o caminho (conjunto de acções) mais adequado para o conseguir, no geral com recurso a um painel de observadores ou peritos.

É neste quadro que se situa o trabalho da equipa coordenada por Isabel Guerra sobre a Baixa pombalina que usou o método desenvolvido por Godet para «elaboração de cenários prováveis de evolução da Baixa pombalina de Lisboa e a formulação de propostas de intervenção que fundamentem um projecto de requalificação/reabilitação, tendo em conta as dinâmicas actualmente em curso» (p. 9). Trata-se essencialmente de um exercício de aplicação metodológica para responder a uma encomenda da Câmara Municipal de Lisboa, projecto de 1994, que este livro sintetiza.

O método de prospectiva usado condicionou a estruturação do trabalho devido à sucessão faseada de procedimentos que implica. Assim, depois de explicarem os objectivos e apresentarem o quadro teórico-metodológico do projecto, na introdução e no capítulo 1, os autores oferecem, no capítulo 2, o diagnóstico da situação da Baixa para no terceiro apresentarem o desenvolvimento do projecto. O capítulo 4 trata das «Recomendações estratégicas», sendo a obra rematada por uma bibliografia e anexos.

O diagnóstico constante do capítulo 2 privilegia três dinâmicas que considera mais significativas para detectar as tendências de mudança na Baixa, as funcionais, as residenciais e as arquitectónico-urbanísticas. Esta caracterização, que recorre a estudos feitos pela Câmara Municipal e pela Faculdade de Arquitectura complementados por alguns inquéritos a comerciantes, vai servir de base à análise

se estrutural que inaugura o capítulo 3 e visa detectar as variáveis-chave da evolução, bem como identificar os actores que estão na sua origem. O método adoptado processa-se em três fases apresentadas no capítulo 3: análise estrutural com recurso ao método MICMAC, estratégias dos actores (método MACTOR) e construção de cenários (método SMIC).

Muitos têm apresentado reservas a estes métodos e à validade de conclusões extraídas a partir de um número reduzido de respostas. Outro painel de peritos poderia, provavelmente, conduzir a conclusões algo diferentes. Não é este o lugar para discutir o interesse nem as limitações deste tipo de métodos, que valem o que valem, mas podem ajudar a esclarecer a realidade ou, pelo menos, a quantificar certos aspectos e sistematizar tendências que a observação sobre o real também revela. Como geógrafa e observadora atenta de Lisboa e do seu centro, não me espantam as conclusões que os autores vão desdobrando ao longo do trabalho. A Baixa está como está porque existe uma determinada estrutura de propriedade, pela rigidez dos condicionamentos urbanísticos, pela inércia associada à estrutura etária envelhecida de muitos agentes, principalmente proprietários de imóveis e comerciantes com práticas rotineiras nada abertas à inovação e ao risco, pela ausência de ideias na Câmara Municipal de Lisboa, que prefere adoptar políticas defensivas para ir aguentando a situação.

A análise estrutural efectuada reforça a ideia de que o «sistema é desprovido de factores dinâmicos internos e está sujeito à actuação de pressões contraditórias do sector financeiro e imobiliário (por um lado), da ‘opinião pública’, de segmentos dos poderes públicos e de alguns agentes internos» (p. 45), por outro. Já a construção de cenários e a sua problematização apontam para uma forte dependência do sistema de acontecimentos exógenos, como sejam a alteração nas leis do arrendamento e o comportamento da procura solvente para habitação, bem como a procura de espaços por parte de instituições financeiras e actividades comerciais na Baixa (p. 77). A simples constatação destas dependências, que são inegavelmente importantes, mas não são específicas da Baixa, porque têm implicações em qualquer parcela do território urbano, aponta a necessidade de enquadrar a análise da Baixa em contextos geofuncionais mais vastos.

A obra em apreço está muito bem organizada, a exposição é clara, os anexos são particularmente úteis e esclarecedores. Estamos perante um contributo valioso para o conhecimento da Baixa pombalina, que tem o mérito de destacar as estratégias de alguns actores, mesmo se nos parece que, correlativamente ao esforço que requer, o método usado não traz muitas ideias novas nem permite aos autores avançar com recomendações inovadoras específicas. Outro problema prende-se com a delimitação da área de análise empírica. Os pró-

prios autores reconhecem que a área que lhes foi cometida acarreta algumas limitações, e, quanto a nós, aqui reside uma das principais restrições a uma discussão que se pretende sobre a revitalização do centro. De facto, sendo a Baixa uma parte do centro, é necessário perceber o seu papel na estrutura central e na sua transformação, pelo que não se devem limitar as análises a um certo número de quarteirões ou freguesias do núcleo pombalino. Por outro lado, estranhámos o esquecimento a que foram votados os utilizadores mais numerosos do território em análise num estudo vindo da sociologia. A caracterização apresentada sobre a Baixa foca os agentes económicos, mas limita os utentes aos residentes, quando, em termos sociais, a importância actual da Baixa é mínima do ponto de vista residencial, mas forte como local de trabalho, de compras, de passeio. Os actores que usam a Baixa nestas várias funcionalidades não foram considerados.

Este trabalho traz um contributo muito importante para o esclarecimento das estratégias dos actores, mas não esgota a problemática sobre os caminhos para a revitalização da Baixa e só ligeiramente contém fundamento para medidas de intervenção. Como, aliás, se diz na conclusão, é necessário aprofundar os conhecimentos sobre o parque imobiliário e a viabilidade de algumas funções, mobilizar sinergias e alargar o debate (p. 90). Mas o plano estratégico para o centro de Lisboa (onde cabe a Baixa pombalina) con-

tinua por fazer. E é urgente equacionar o futuro deste território em termos de oportunidades e debilidades.

TERESA BARATA SALGUEIRO

*Luísa Schmidt, Portugal Ambiental. Casos & Causas*, Oeiras, Celta Editora, 1999, 315 páginas.

Como resgatar cinco anos de pesquisa na área ambiental da condenação ao esquecimento prematuro a que a força do próprio meio subjuga a escrita jornalística?

Esta terá sido a pergunta que pela segunda vez Luísa Schmidt, uma socióloga com a dupla experiência da investigação académica e do palpitante mundo dos jornais, se terá colocado a si própria quando iniciou o trabalho que a conduziria à elaboração da obra *Portugal Ambiental. Casos & Causas*.

A segunda vez, porque um desafio semelhante já se teria colocado à autora em 1993, ano em que viu a luz uma outra obra sua, baseada na mesma aposta de recuperação e reciclagem de material jornalístico: *O Verde Preto no Branco*, Lisboa, Gradiva, 1993, 174 páginas.

Em ambos os casos, considero que a resposta à pergunta foi a mais adequada, conseguindo produzir